OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
Ano X - Edição 274
R$ 2 - De 14 a 20/9/2006

COM LULA OU COM ALCKMIN

VEM AÍ A TERCEIRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SUPERSIMPLES: CÂMARA APROVA LEI QUE ATACA DIREITOS TRABALHISTAS

PÁGINA 5

POLÊMICA: BASTA REDUZIR AS TAXAS DE JUROS?

PÁGINA 10

O QUE MUDOU DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO

PÁGINA 11

■ **ÍNDEX** – O TSE garantiu liminar ao PT proibindo que a propaganda eleitoral de Heloísa Helena exibisse imagens da fábrica da Volkswagen no ABC.

PÁGINA DOIS

■ **COM OS IANQUES** – A Justiça de Pernambuco negou o *hábeas corpus* para Jaime Amorim, da direção do MST. Ele está preso por um protesto em frente a embaixada dos EUA.

FAVORES

Na semana passada, o ex-ministro Antônio Palocci telefonou para Lázaro Brandão, presidente do Bradesco. No momento do telefonema, o delegado Benedito Valencise estava depondo na CPI dos Bingos e disse que Palocci chefiou o esquema de caixa 2 do PT montado em Ribeirão Preto na época em que ele era prefeito, e afirmou que tinha elementos suficientes para indiciá-lo. Palocci, que conduziu o plano econômico que fez a festa dos banqueiros, pediu ajuda. Brandão telefonou em seguida para dois senadores da oposição, e disse estar preocupado com o depoimento do delegado.

ACOMODAR

Lula prepara uma reforma administrativa em seus ministérios. O presidente pretende realizar a fusão de algumas pastas para acomodar seus futuros aliados após as eleições presidenciais. A reforma seria o começo do que o petista vem propondo sobre a chamada "coalizão política".

PÉROLA

"Democracia não é só coisa limpa, não"

LULA, durante comício em Pernambuco com o candidato ao governo do estado, Humberto Costa, indiciado pela Polícia Federal como um dos pivôs do esquema dos sanguessugas.

CHARGE / GILMAR

VERGONHA

Nos últimos dois anos, cerca de 32 mil mulheres e crianças foram estupradas em Porto Príncipe, capital do Haiti. Os dados foram revelados por levantamento independente no país caribenho. A pesquisa ainda revela que um em cada quatro estupros foi praticado por forças de segurança ou grupos políticos armados. Entre as forças de segurança encontra-se a missão da ONU liderada pelo Brasil. Mais da metade das garotas estupradas tinha menos de 18 anos, sendo que 16% – uma em cada seis – tinham menos de dez anos, disse o coordenador da pesquisa.

0800

O feriado de 7 de Setembro foi especial para 16 ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e 31 desembargadores de sete estados. Todos receberam passagem e estada grátis num resort de luxo na Ilha de Comandatuba, no litoral baiano. Quem patrocinou tudo foi a Febraban (Federação Brasileira de Bancos). A lista completa de participantes não foi divulgada. O episódio mostra muito bem com quem a Justiça caminha neste país.

BARBÁRIE

Uma declaração da ministra da saúde da África do Sul despertou a indignação do mundo inteiro. Tshabalala-Msimang disse que os pacientes com aids no país devem se tratar com beterrabas. O governo recusa-se a quebrar as patentes das indústrias farmacêuticas e distribuir remédios gratuitamente à população. Cerca de 18% da população do país está infectada com o vírus. Um ganhador do Prêmio Nobel e 60 cientistas uniram-se nesta semana para pedir a demissão da ministra sul-africana.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Elíseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

O QUE ELES NÃO DIZEM

É hora de falar aos trabalhadores. As pesquisas indicam uma provável vitória eleitoral de Lula já no primeiro turno. A crise do PSDB-PFL está instalada, com vários candidatos aos governos estaduais abandonando o barco, e o próprio Fernando Henrique Cardoso está roendo a corda.

A maioria dos trabalhadores do país segue iludida de que Lula vai melhorar suas vidas com um segundo mandato. Nós queremos lhes dizer: NÃO! Isso é mentira! Estão querendo lhes vender uma idéia falsa, que vai custar muito caro.

Não é por acaso que os verdadeiros problemas do país não são discutidos nos programas eleitorais da TV. Vocês já viram Lula e Alckmin discutirem abertamente suas propostas de reforma da Previdência ou de reforma trabalhista? Por que não o fazem? Porque isso ameaçaria sua eleição. Só falam do tema quando se reúnem de portas fechadas com os grandes capitalistas. Estão cometendo uma fraude gigantesca – mais uma vez estão prometendo uma coisa e vão fazer outra.

A candidatura de Heloísa Helena deve ser uma alternativa dos trabalhadores contra os dois blocos da burguesia, Lula e Alckmin. Quanto mais peso tiver sua candidatura, maior será o desgaste das propostas neoliberais

A reforma trabalhista já começou com a votação no Congresso Nacional do projeto do SuperSimples, que permite aos patrões retirar dos trabalhadores das microempresas o direito a décimo terceiro salário e férias. Caso Lula seja reeleito, vai estender isso a todos os trabalhadores.

A terceira reforma da Previdência, planejada tanto por Lula como por Alckmin, vai impor a idade mínima de 65 anos para aposentadoria.

É preciso que a campanha eleitoral da Frente de Esquerda sirva para amplificar essa denúncia ao conjunto dos trabalhadores. Nenhuma dessas propostas poderia ser discutida com clareza na TV, porque levaria a uma crise na campanha de Lula. É por isso que a Frente de Esquerda só tem um minuto na TV, enquanto Lula tem mais de sete, e Alckmin mais de dez.

Venha conosco lutar e integrar-se à campanha da Frente de Esquerda. A candidatura de Heloísa Helena deve ser uma alternativa dos trabalhadores contra os dois blocos da burguesia, contra Lula e Alckmin. Quanto mais peso tiver a candidatura de Heloísa agora, maior será o desgaste dessas propostas neoliberais.

É verdade que a possibilidade de Heloísa Helena chegar ao segundo turno é pequena. Mas essa candidatura pode cumprir um papel muito importante. Em primeiro lugar porque desbloqueou a falsa polarização que se queria impor entre Lula e Alckmin. Em segundo lugar porque, se Heloísa defende com clareza uma posição contras essas reformas neoliberais, estará sendo preparada a resistência a elas num eventual governo Lula.

As candidaturas da Frente de Esquerda devem se colocar à disposição dos trabalhadores e suas lutas. Se os trabalhadores dos Correios entrarem em greve os candidatos do **PSTU** vão colocar toda sua campanha eleitoral a serviço dessa luta. Já colocamos nosso programa na TV em todo o país a serviço da divulgação da mobilização dos operários da Volks, e faremos o mesmo com os Correios, caso ocorra a greve.

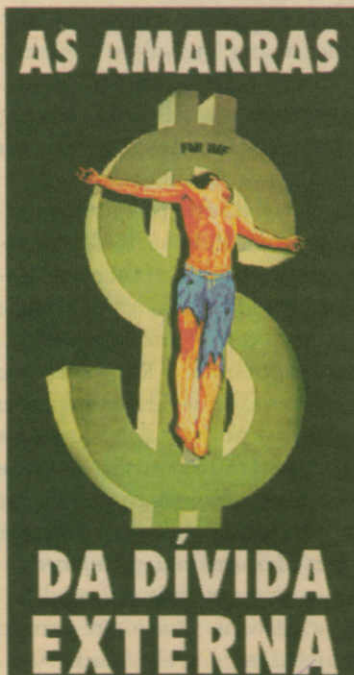
Vamos superar a falta de tempo de TV boca a boca nas empresas e escolas, nos bairros e nas fábricas. Cada um dos apoiadores de nossos candidatos deve buscar mais um voto.

Vamos superar a falta de dinheiro com a militância de todos nós. Não temos e não queremos o financiamento da burguesia e o dinheiro da corrupção. Ao contrário dos políticos da burguesia, que escondem suas fontes de financiamento, nos orgulhamos das nossas. Cada real que gastamos em nossa campanha foi doado por nossos apoiadores.

É hora de a Frente de Esquerda ampliar a campanha para os candidatos a deputado, terreno em que a eleição pode ser vitoriosa.

DÍVIDA EXTERNA E CRESCIMENTO DA DÍVIDA INTERNA

No último artigo, vimos que o conjunto de forças reunidas no governo FHC firmaram a negociação da dívida externa (Plano Brady) e o Plano Real, e impuseram mudanças na forma de espoliação das riquezas. Nele, analisamos as reformas que possibilitaram intenso processo de desnacionalização econômica. Neste artigo, veremos a relação entre a dívida externa e a interna, combatendo a falsa idéia de que o endividamento interno é fruto do aumento dos gastos sociais e da amplitude do Estado.

***JOÃO VALENTIM**, do Rio de Janeiro (RJ), e **CRISTIANO MONTEIRO**, de São Paulo (SP)*

A partir dos anos 80, intensificou-se o processo de internacionalização do capital. Os grandes capitalistas de países desenvolvidos aumentaram as exportações de capitais em busca de melhores condições de acumulação.Os governos de países dependentes, mais uma vez, resolveram surfar nessa onda, e passaram a adotar um modelo econômico baseado na total liberdade do capital e em mudanças institucionais (reforma do Estado, abertura comercial, "flexibilização" do trabalho). Desse modo, passaram a receber grande volume de investimentos estrangeiros, tanto na forma direta (controle gerencial de empresas produtivas) como especulativa (voltado para o mercado financeiro).

No Brasil, tal processo ganha forças a partir do governo FHC e do Plano Real. Na fase inicial do plano, a grande oferta de capitais provocou forte valorização cambial, gerando dificuldades para as exportações de mercadorias e serviços. A dificuldade para criar reservas internacionais mediante venda de mercadorias e serviços no exterior obrigava o governo a financiar as contas externas e o processo da dívida através de entrada de capitais estrangeiros.

Neste cenário, o governo de FHC (1994) lançou mão da tal "estabilidade econômica", combinando controle de inflação e liberdade de mercado, para atrair investidores estrangeiros. O primeiro caso buscou-se através da adoção de uma política monetária baseada principalmente em operações com títulos públicos e altas taxas de juros internas. A grande rentabilidade oferecida atraiu capitais estrangeiros de caráter especulativo para o país, porém...

CRESCIMENTO DA DÍVIDA INTERNA

O grande volume de operações com títulos públicos, muitas vezes remunerados com taxas de juros exorbitantes, provocou o crescimento de outra forma de dívida ligada ao Estado: a pública interna. Durante o período, essa dívida cresceu em proporções sem precedentes históricos no país. No início de 1994, era equivalente a R$ 59,4 bilhões, e em janeiro de 2006 já tinha ultrapassado R$ 1 trilhão. Um crescimento em termos percentuais muito significativo para a economia brasileira.

Os serviços da dívida passaram a consumir praticamente toda a capacidade financeira do Estado. Somente em 2005, os governos federal, estadual e municipal pagaram montante de juros equivalente a R$ 157,1 bilhões.

Importante destacar que, mesmo sendo associada às finanças dos governos locais (federal, estaduais e municipais), durante o Plano Real o crescimento da dívida interna não resultou do aumento de investimentos destinados à manutenção de serviços para as famílias dos trabalhadores, como educação e saúde. Os gastos que explicam o crescimento da dívida são essencialmente financeiros, produto da taxa de juros e dos custos decorrentes da política monetária voltada para atrair capitais estrangeiros.

NOVA ROTA PARA O DINHEIRO

É senso comum a idéia de que o dinheiro que pagamos na forma de impostos deve ser utilizado para prover os serviços sociais básicos, como saúde, educação, etc. No Brasil de FHC e de Lula, governos comprometidos com o processo das dívidas, isso é só conversa. A realidade é bem outra. Parcela significativa dos recursos apropriados pelo Estado é transferida para o pagamento dos serviços da dívida interna.

Praticamente se vendeu todo o patrimônio público. O processo de privatizações teve seu ponto alto durante o governo FHC, mas o governo Lula continua vendendo as poucas empresas estatais que restaram. Parte significativa do dinheiro arrecadado foi transferida para os serviços da dívida. Assim, os credores, além de lucrarem com esse mecanismo, ainda levaram, por preços de banana, empresas estatais estratégicas.

A carga tributária no país subiu de maneira significativa, onerando principalmente a parcela mais pobre da população. Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra que o brasileiro dedica 145 dias de trabalho somente para pagar tributos (impostos, taxas e contribuições) exigidos pelos governos federal, estadual e municipal. Além de pagar tantos impostos, ainda tem que utilizar parcela considerável de sua renda para *comprar* serviços que o Estado, devido às privatizações, deixou de prestar e hoje são comercializados pelo setor privado.

No que se refere às despesas do Estado, os governos de FHC e Lula provocaram redução dos gastos e investimentos e mudaram qualitativamente o papel do Estado no processo de geração de emprego e renda. Essa mudança talvez seja a mais sentida pelos trabalhadores. Muitas conquistas dos funcionários públicos foram destruídas, as privatizações geraram demissões em massa, além do arrocho salarial. A população mais pobre da sociedade sofre com a falta de serviços sociais básicos, antes prestados pelo Estado e agora comercializados pelo capital privado.

Se não bastasse, foram criadas leis para garantir a "disciplina financeira" dos governos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, criada durante esse período, ao contrário da propaganda positiva veiculada pela imprensa, carrega o objetivo de garantir o superávit primário suficiente ao pagamento dos serviços da dívida interna.

Durante todos esses anos, os governos consolidaram uma "estabilidade" econômica para adaptar a economia brasileira ao movimento de internacionalização do capital. As respectivas políticas provocaram aumento no endividamento interno do Estado e, por conseqüência, parcela importante de sua receita foi sendo transferida para o pagamento de juros e amortizações. Assim, a dívida interna levou à redução do tamanho da participação do Estado na economia, tanto no que se refere à propriedade de empresas estatais como nos investimentos e gastos sociais.

Analisando o mecanismo da dívida interna, pode-se compreender o porquê da ideologia burguesa de "Estado mínimo", tão difundida nos últimos anos, inclusive pelos reformistas do PT, que insistem na pregação de um Estado burguês responsável e democrático. Os grandes capitalistas estrangeiros e seus associados na classe dominante brasileira mais uma vez tomaram de assalto o Estado. Estado mínimo para o trabalhador e máximo para os capitalistas. Esta é a verdadeira face do neoliberalismo.

PRÓXIMO ARTIGO
AS DÍVIDAS NOS GOVERNOS FHC E LULA

SUPERSIMPLES É APROVADO NA CÂMARA

DEPUTADOS VOTAM projeto que inicia a flexibilização dos direitos trabalhistas para cerca de 60% dos trabalhadores formais

***DIEGO CRUZ**, da redação*

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 5 a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o chamado "SuperSimples" que, com a desculpa de desburocratizar a cobrança de impostos às pequenas empresas, inicia já a flexibilização dos direitos de seus trabalhadores. A lei abarca as microempresas com renda bruta de até R$ 240 mil e as pequenas empresas de até R$ 2,4 milhões de faturamento bruto. Estima-se que cerca de 60% dos empregos formais no país venham de pequenas e microempresas.

O projeto passou na Câmara com os votos de 308 deputados, apenas seis votos contrários e três abstenções.

O relator do projeto, o deputado Luis Carlos Hauly (PSDB-PR), reuniu-se com diversas entidades sindicais e comprometeu-se a retirar as medidas que prejudicam os trabalhadores. *"O relatório acolhe o conceito de 'fiscalização orientadora' que, na prática, acaba com a fiscalização e, portanto, desobriga as micro e pequenas empresas de respeitarem os direitos trabalhistas de seus empregados"*, afirma José Maria de Almeida, o Zé Maria, da coordenação da Conlutas.

AGÊNCIA CÂMARA

Parlamentares examinam projetos que foram aprovados no dia 5

O relator descumpriu o que havia prometido. Sua assessoria informou que as alterações não foram incluídas por ordem do PCdoB e do PDT. Apesar de a atuação das entidades sindicais, principalmente as que compõem o Fórum Fisco, ter forçado a retirada de vários pontos que atacavam os direitos trabalhistas, outros ataques passaram, principalmente no que se refere à Previdência.

> **"É preciso continuar a luta no Senado, para que se retire do projeto de lei esta parte relativa aos direitos trabalhistas"**
>
> **Zé Maria**

REFORMA TRABALHISTA

O projeto está agora no Senado e deverá ser prioridade na votação dos senadores após as eleições de outubro. Os defensores do SuperSimples afirmam que menos direitos trabalhistas irão reduzir a informalidade. Exatamente o mesmo argumento utilizado pelos empresários para aprovar a reforma trabalhista.

O presidente da Fecomércio-RJ, Orlando Diniz, afirmou ao jornal *O Globo* que o projeto é apenas um passo para reformas mais estruturais. *"O país necessita de amplas reformas estruturais, com destaque para as de natureza tributária, previdenciária e trabalhista. É importante também que o empresariado se mantenha mobilizado até a sua aprovação final"*, defendeu o empresário.

Zé Maria chama a mobilização das entidades de luta contra esse projeto. *"É preciso continuar a luta, agora pressionando no Senado, para que se retire do projeto de lei esta parte relativa aos direitos trabalhistas, e para que se corrija tudo o que for necessário nas questões tributárias e da Previdência"*, afirma.

Uma posição errada

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Durante a votação do SuperSimples, o governo e a oposição burguesa deram uma demonstração inequívoca de que, apesar dos ataques eleitorais, estão juntos para destruir os direitos históricos dos trabalhadores. Tucanos e petistas votaram massivamente pela retirada de direitos. Esse fato precisa ser amplamente denunciado por todos os ativistas combativos do movimento sindical, pois o SuperSimples é o primeiro passo de um grande ataque histórico aos trabalhadores.

O que surpreendeu foi a posição dos deputados do PSOL, Orlando Fantazzini (SP) e Chico Alencar (RJ). Ambos simplesmente se abstiveram na votação, contrariando até mesmo a orientação da bancada de seu partido. Acreditamos que os dois deputados cometeram um equívoco ao não se colocarem contra a aprovação do SuperSimples.

REPRODUÇÃO

		Total PSDB: 37
PSOL		
Babá	PA	Não
Chico Alencar	RJ	Abstenção
Ivan Valente	SP	Não
João Alfredo	CE	Não
Luciana Genro	RS	Não
Maninha	DF	Não
Orlando Fantazzini	SP	Abstenção
		Total PSOL: 7
PT		

Placar da votação no portal da Câmara dos Deputados

Não há nada de progressivo no projeto. Sua essência é nefasta para os trabalhadores. Os trabalhadores devem se unir nesta luta contra a reforma trabalhista. Nesse sentido, os parlamentares da esquerda socialista devem atuar como porta-vozes desta luta. Acreditamos que os deputados deveriam rever sua posição.

CORONEL QUE COMANDOU MASSACRE DO CARANDIRU É ASSASSINADO

O deputado estadual e coronel reformado Ubiratan Guimarães foi assassinado com um tiro no peito no dia 10, em São Paulo. A principal hipótese é de que tenha sido crime passional.

O coronel comandou o massacre do Carandiru, que ocorreu após o início de um tumulto na Casa de Detenção do Carandiru, em 2 de outubro de 1992. Mesmo com as demonstrações dos presos de que não haveria resistência, o coronel Ubiratan conversou com o secretário de Segurança, que falou com o governador Luiz Antônio Fleury Filho. Com a ordem dada, a tropa de choque invadiu o local com metralhadoras e fuzis, operação que resultou no assassinato de 111 detentos.

Em 2002, o coronel foi condenado a 632 anos de prisão. Mas no dia 15 de fevereiro de 2006 a Justiça o absolveu. Quatorze anos depois, ninguém foi condenado pelo massacre. Fleury e seu secretário, que autorizaram a ação, nem mesmo foram julgados.

Como se tamanha impunidade não bastasse, o coronel parecia ter orgulho de ostentar seu feito, usando sempre o número 111 em suas candidaturas nas eleições. Como candidato pelo PP a deputado estadual em 2002, assumira o número 11190. Atualmente buscando a reeleição pelo PTB, o número de sua candidatura era 14111.

Ubiratan sempre defendeu que sua postura no massacre estava correta. Na Assembléia Legislativa, fazia parte da chamada "bancada da bala", defendendo linha dura na atuação policial. Defendia o fim da maioridade penal e a adoção de regras rígidas nas prisões, como o fim de visitas íntimas e de saídas temporárias.

EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

JEFERSON CHOMA, *da redação*

Os banqueiros e o FMI já ordenaram. Uma nova reforma é necessária para que a Previdência pública seja completamente destruída. Querem garantir o pagamento das dívidas interna e externa e os lucros dos fundos privados de pensão. Na TV, Lula e Alckmin dizem que vão melhorar a vida do povo. Mas ambos estão comprometidos até o pescoço com os banqueiros e farão uma nova reforma que vai acabar com as aposentadorias. Tentam nos enganar dizendo que ela dá "prejuízo". Nesta edição do *Opinião*, mostraremos que isso é uma grande mentira.

A Previdência pública é uma conquista e tem grande importância para os trabalhadores. Para comprovar isso, basta lembrar que o Regime Geral de Previdência Social abrange 22 milhões de aposentadorias e pensões em todo o país. Atualmente o sistema beneficia, direta ou indiretamente, cerca de 77 milhões de pessoas, ou mais de 45% da população.

Mas os valores dos benefícios são muito baixos em função do enorme arrocho salarial. Cerca de 65% dos benefícios têm valor de até um salário mínimo. Mesmo assim, um estudo recente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que a Previdência é um mecanismo de distribuição de renda muito maior do que qualquer tipo de política social compensatória.

HISTÓRICO

A Previdência Social é uma conquista histórica das lutas dos trabalhadores. No início do século 19, os trabalhadores não tinham nenhum direito e cumpriam jornadas de trabalho de até 16 horas, além de receberem salários miseráveis. A Previdência surge quando os trabalhadores percebem a necessidade de fazer coletas em caixas coletivas para garantir a sobrevivência de um deles que não tinha mais forças para trabalhar.

A ação solidária foi realizada pelos primeiros sindicatos e, ao longo do tempo, se transformou numa reivindicação social e política. Graças à luta do movimento operário, a Previdência foi incluída nas leis do país, assim como a conquista da jornada de oito horas.

ATAQUES

Mas ao longo das últimas décadas a Previdência pública tem sido alvo de intensos ataques dos governos neoliberais. O primeiro grande golpe veio em 1998, com a primeira reforma realizada por FHC. Mais ataques vieram com outra reforma, realizada por Lula em 2003.

O primeiro golpe atingiu os trabalhadores do setor privado com a mudança no chamado fator previdenciário. A segunda reforma golpeou os trabalhadores do setor público, reduzindo suas aposentadorias e beneficiando os fundos privados de pensão.

Agora tucanos e petistas querem dar um golpe definitivo contra a Previdência pública, realizando uma terceira reforma.

Todas as reformas obedecem às recomendações do FMI, do Banco Mundial e dos capitalistas para acabar com a Previdência pública, em regime de repartição e solidária, e pretendem retroceder as condições de vida da classe trabalhadora à exploração do século 19.

AGÊNCIA BRASIL / ROOSEWELT PINHEIRO

Marcha em 2003, contra a reforma da Previdência de Lula

SAIBA MAIS

PREVIDÊNCIA NÃO DÁ PREJUÍZO

Segundo o governo, trabalhadores e empresas contribuem com R$ 91 bilhões para a Previdência. Como os gastos com aposentados e pensionistas são de R$ 122 bilhões, existiria um déficit de R$ 31 bilhões, que pioraria com a elevação do mínimo.

Como já dissemos, pela Constituição a Seguridade Social deve ser financiada não só pelas contribuições de trabalhadores e empresas, mas também pelas contribuições sociais, como COFINS e CSLL, com previsão de entrada de R$ 75 bilhões da primeira e R$ 17 bilhões da segunda. Além disso, temos os R$ 26 bilhões da CPMF. Somando tudo, são R$ 118 bilhões a mais nas entradas previstas. Se descontássemos ainda os gastos previstos no orçamento de R$ 33 bilhões para o Ministério da Saúde e de R$ 13 bilhões para o da Assistência Social, ainda teríamos R$ 41 bilhões de superávit nas contas da Seguridade Social.

FHC COMEÇOU...

O FATOR previdenciário, criado em 1998, força o trabalhador a se aposentar cada vez mais tarde

Desde a posse, em 1995, Fernando Henrique não escondeu a intenção de realizar uma reforma na Previdência. O governo tucano, com uma forte campanha de mídia, dizia nas rádios, na televisão e nos jornais que a Previdência estava quebrada e era deficitária – portanto, seria urgente uma reforma para "trazer justiça". No desespero para aprovar a reforma, FHC chegou a chamar os aposentados de "vagabundos".

Em 1998, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que atingiu os trabalhadores da iniciativa privada. Nessa reforma, foi substituído o tempo de serviço por tempo de contribuição, foram extintas as aposentadorias proporcionais e foi estabelecida a exigência de idade mínima para se aposentar – homens com 53 anos, mulheres com 48. Também foi criado o fator previdenciário, que é o cálculo do valor das aposentadorias.

O fator traz enormes prejuízos aos trabalhadores, pois calcula o valor da aposentadoria levando em conta a idade, o tempo que contribuiu para o INSS e a expectativa de sobrevida (quanto tempo vai viver depois de se aposentar, conforme cálculo do IBGE).

Essa fórmula leva à redução do benefício que o trabalhador recebe ao se aposentar, após 35 anos de contribuição. Para não diminuir o valor, ele se vê obrigado a trabalhar muitos anos além do que seria necessário pela lei anterior.

Na prática, o fator força o trabalhador a se aposentar cada vez mais tarde. Ninguém mais consegue se aposentar com o valor integral do benefício antes dos 60 anos de idade. Estudo da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social) indica que em 2005 o fator reduziu em 3,09% as aposentadorias, em média.

A falácia do "déficit" da Previdência

MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO*, *especial para o* ***Opinião Socialista***

A aposentadoria é um direito previsto na Constituição Federal e tem sido gravemente atingido. Os perversos mecanismos inseridos pelas sucessivas reformas que ora atacam os trabalhadores do setor público, ora os do setor privado, impedem uma reação conjunta de toda a classe trabalhadora. A linha de todas essas reformas tem sido a mesma: ajuste fiscal às custas da retirada de direitos da classe trabalhadora e favorecimento da previdência privada.

Às vésperas das eleições, tanto PT quanto PSDB defendem uma nova reforma. Para conquistar apoio da opinião pública, governo e mídia lançam novamente o falacioso discurso sobre o "déficit previdenciário", induzindo à falsa percepção de que o sistema público é insustentável. Paralelamente, propaganda massiva favorável à previdência privada é veiculada.

A Constituição de 1988 instituiu a "Seguridade Social", que abrange as áreas de Saúde, Assistência Social e Previdência, definindo-a como um dever de Estado a ser financiado direta e indiretamente por toda a sociedade, empresas e trabalhadores. Como fontes de financiamento, elegeu receitas além da contribuição previdenciária sobre a folha de salários – CPMF, COFINS, CSLL e outras.

Por outro lado, o governo e a grande mídia não se cansam de divulgar um suposto déficit previdenciário, fabricado através da mera subtração das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários pela concessão de benefícios previdenciários, ignorando as demais contribuições sociais, raciocínio contrário ao que determina a Constituição.

Quando são consideradas todas as receitas da Seguridade Social previstas na Constituição, constatamos que ela é superávitária, mesmo levando em conta todas as despesas de Previdência, Assistência e Saúde, além das aposentadorias dos servidores públicos. Em 2005, tal superávit chegou a R$ 28,4 bilhões, segundo estudo da Anfip.

Ainda que houvesse déficit, por se tratar de função de Estado, novas fontes de financiamento deveriam ser buscadas, especialmente por meio da tributação dos ricos e do combate à sonegação fiscal, além da inclusão, no mercado formal, de milhões de trabalhadores que se encontram à margem do sistema contributivo.

Sabemos que não existe o falacioso déficit e que o mesmo está sendo invocado apenas como preparação para a futura reforma que virá retirar mais direitos dos trabalhadores, ativos e aposentados.

Por isso, a sociedade precisa se mobilizar, defendendo a Previdência pública, o maior programa de distribuição de renda do mundo. Afinal, que Estado queremos? Um Estado que respeite a Constituição Federal e canalize recursos prioritariamente para as áreas sociais, garantindo vida digna à população, ou um Estado que sirva de meio para transferir recursos da sociedade para o sistema financeiro?

O vitorioso exemplo das recentes mobilizações na França, contra a Lei do Primeiro Emprego, é emblemático. Embora esta lei tratasse da flexibilização dos direitos trabalhistas relativos à contratação de jovens, todos os trabalhadores – novos e velhos, servidores públicos e demais trabalhadores ativos e aposentados – se uniram em manifestações massivas, organizando tamanha resistência que resultou na retirada da proposta de lei, além de comprometer o futuro político do primeiro-ministro Dominique de Villepin.

Mas isso só foi possível porque todos perceberam o alcance daquela reforma, que aparentemente só afetaria os jovens. Esse também é o nosso desafio.

*Auditora-fiscal da Receita Federal, segunda-vice-presidente do Unafisco Sindical e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul.

...LULA APROFUNDOU

A reforma da Previdência de Lula aprofundou a onda privatista do governo tucano. Apesar de ter enfrentado uma forte greve dos servidores federais, a administração petista atacou a Previdência para abrir um lucrativo mercado aos fundos de pensão.

A reforma acabou com a aposentadoria integral dos servidores públicos contratados após sua aprovação. Para os antigos servidores, estabeleceu uma série de novos critérios para conseguí-la: 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos para as mulheres; idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres; 25 anos de serviço público; 15 anos de carreira e 5 anos no cargo.

A reforma também taxou os servidores inativos. Aqueles que ganham acima de determinado valor, pagam 11% para a Previdência.

Após a reforma de Lula, os lucros dos fundos privados tiveram espantoso crescimento. Segundo balanço da Associação Nacional de Previdência Privada, os fundos captaram R$ 9,9 bilhões nos primeiros seis meses deste ano. O resultado representa um aumento de 21,2% em relação ao volume obtido no primeiro semestre de 2005 (R$ 8,2 bilhões). No total, o volume de recursos depositados no sistema de previdência privada brasileiro chega a R$ 84,7 bilhões.

A FARRA DOS FUNDOS DE PENSÃO

INTERESSES ESCUSOS

Na época da aprovação da reforma, Luiz Gushiken, ex-ministro-chefe de Comunicação e Gestão Estratégica, teve participação decisiva e atuou representando fundos privados nas negociações no Congresso.

Ele era dono da empresa Gushiken & Associados, que prestava assessoria aos fundos de pensão. Em 2003, quando assumiu o ministério, sua empresa de consultoria faturou nada menos que R$ 1,5 milhão. No ano anterior, a Gushiken & Associados havia arrecadado cerca de 10% desse valor. O ministro, pelo menos oficialmente, desligou-se da empresa, que passou a se chamar Globalprev. Em 2004, a empresa faturou quase R$ 2 milhões.

Também é conhecido o aparelhamento dos fundos de pensão pelo PT. Vários sindicalistas transformaram-se em gestores diretos do capital. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Sérgio Rosa, presidente da Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil). Atualmente, os diretores da Previ participam do conselho gestor que controla as operadoras Brasil Telecom, Tele Norte Leste, Telemig Celular e Tele Norte Celular.

LUTAR CONTRA MAIS UMA REFORMA NEOLIBERAL

A ameaça de uma nova reforma na Previdência está aí. Como ocorreu com as privatizações e as duas reformas da Previdência, a aprovação de uma terceira reforma já foi colocada em marcha pelo governo Lula.

Por meio de uma campanha na imprensa, fala-se da "necessidade" de diminuir ainda mais os gastos com os aposentados. Alckmin também declarou que, caso vença, vai fazer a reforma.

A idéia é cortar os direitos aos poucos, sem precisar, num primeiro momento, aprovar uma reforma constitucional. O objetivo é aprofundar a política recomendada pelo FMI e pelo Banco Mundial para a Previdência pública.

Por isso, o passo fundamental nessa terceira reforma é a elevação do tempo mínimo de aposentadoria para 65 anos. A estimativa média de vida do brasileiro, calculada pelo IBGE em 2004, é de 71 anos – daí se pode concluir que poucos terão o privilégio de aposentar e gozarão do benefício por apenas seis anos, em média.

Por essas razões a Coordenação Nacional de Lutas está preparando mobilizações contra uma terceira reforma da Previdência e vai realizar um seminário para preparar um plano de ação. A entidade também está fazendo uma campanha pelo fim do fator previdenciário e está recolhendo assinaturas para o abaixo-assinado contra essa lei. É muito importante que os trabalhadores e suas organizações entrem na campanha.

Como diz o boletim da Conlutas, "será preciso muita mobilização para defender nossos direitos e impedir que mais esses abusos sejam cometidos contra nós, trabalhadores".

TRABALHADORES DOS CORREIOS APROVAM INDICATIVO DE GREVE

DA REDAÇÃO *

Os trabalhadores dos Correios, em assembléias realizadas em todo o país no dia 5, aprovaram o dia 14 de setembro como data indicativa para a deflagração da greve da categoria por tempo indeterminado. Apesar dos sucessivos lucros dos Correios, os trabalhadores convivem com arrocho, condições precárias de serviço e, agora, ataques aos seus direitos. Durante a última rodada de negociações, os trabalhadores rejeitaram proposta da empresa que, além de não contemplar sequer parte das reivindicações, ainda retirava direitos.

Os funcionários dos Correios amargam um dos mais baixos pisos salariais das estatais, de míseros R$ 479. Apesar das perdas salariais que chegam a 45% no período que vai de 1994 a 2005, a EBCT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) propõe um reajuste de apenas 5%. Como se isso não bastasse, a proposta da direção dos Correios nas negociações com os trabalhadores ataca direitos já conquistados pela categoria, elevando, por exemplo, o compartilhamento da assistência médica em mais de 50%. A empresa quer ainda diminuir o período de concessão do auxílio creche de sete para seis anos, além de diversos outros ataques.

"Hoje um trabalhador, ao ser admitido nos Correios, recebe um salário base de R$ 479. Com a efetuação dos descontos, a situação é ainda pior e os trabalhadores chegam a receber pouco mais de um salário mínimo. Somado a isso, são péssimas as condições de trabalho e segurança a que são submetidos os carteiros, atendentes comerciais, operadores de triagem e transbordo", afirma carta aberta à população divulgada pelo Sintect-PE (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos em Pernambuco), que se desfiliou da CUT e participa da Conlutas.

FEDERAÇÃO NA CONTRAMÃO

Apesar das propostas absurdas da empresa, a direção majoritária da Federação Nacional dos Trabalhadores da ECT, a Fentec, dominada pela *Articulação* e pelo PCdoB, tenta de toda forma desmobilizar os trabalhadores e impedir uma greve que prejudique a campanha eleitoral de Lula.

"Essas direções procuram todos os meios de frear as mobilizações", denuncia Hálisson Tenório, diretor do Sintect-PE. *"Tentam impedir as mobilizações para, às vésperas da greve, costurarem uma proposta rebaixada que ao menos divida a categoria"*, afirma. Nos principais sindicatos que dirigem, em São Paulo *(Articulação)* e Rio de Janeiro (PCdoB), estados que concentram boa parte da categoria, boicotam a campanha salarial e não mobilizam os trabalhadores.

Apesar disso, os funcionários dos Correios vêm demonstrando que não se deixarão enrolar por essas direções. No dia 5, em São Paulo, apesar de o sindicato não mover uma palha para convocar a assembléia, cerca de 800 trabalhadores enfrentaram um frio de oito graus para deliberarem o indicativo de greve. Na assembléia, a Conlutas denunciou a política do sindicato, chamando a mobilização de base dos trabalhadores.

*Com Ezequiel Filho, de São Paulo

PETROLEIROS

ACAMPAMENTO DOS DEMITIDOS EM SERGIPE É AMEAÇADO

PETROLEIROS acampam em frente à sede da empresa, exigindo que a anistia seja cumprida e que voltem a trabalhar

DALTON FRANCISCO DOS SANTOS, *de Aracaju (SE) **

Trabalhadores da Petrobras demitidos e anistiados pela lei 10.790 permanecem acampados em Aracaju desde o dia 18 de agosto. Eles reivindicam a reintegração ao quadro de pessoal da empresa. O projeto de lei de anistia ampla, geral e irrestrita, de autoria de José Eduardo Dutra (PT), ex-presidente da Petrobras e atual candidato a senador, já foi aprovado no Senado e precisa agora ser aprovado na Câmara dos Deputados.

Na presidência da Petrobras, Dutra abandonou os demitidos. O governo Lula, ao invés de avançar na aprovação do projeto de anistia ampla, geral e irrestrita, descumpre a lei e ainda reprime os trabalhadores.

Além de não reintegrarem os trabalhadores, a tropa de choque de Dutra e Marcelo Déda (ex-prefeito petista e candidato ao governo) ameaça derrubar o acampamento. Os dois reuniram-se com os demitidos e propuseram o desmonte do acampamento.

TEMPO INDETERMINADO

O acampamento montado em frente à Petrobras de Aracaju tem cumprido o objetivo a que se propôs: informar aos administradores da Petrobras que os trabalhadores petroleiros estão dispostos a lutar pelo cumprimento da lei de anistia, descumprida pelo governo Lula, e alertar aos demais anistiados que não haverá mais barganha dos direitos dos trabalhadores, independentemente de qual seja o governo de plantão.

O acampamento desmascara também a maioria dos sindicatos dos petroleiros e a FUP, que cumpriram o papel de correia de transmissão dos interesses da Petrobras, configurando-se, na maioria, como sindicatos chapas-brancas atrelados ao Estado e à empresa. O protesto será mantido por tempo indeterminado. Ou seja, até a solução efetiva e definitiva dos trabalhadores demitidos e anistiados.

* Dalton é diretor licenciado do Sindipetro AL/SE e candidato a deputado estadual do **PSTU** pela Frente de Esquerda

SERVIDORES

CÂMARA NÃO APROVA EMENDAS NAS MP'S

Durante o chamado "esforço concentrado" da Câmara, no último dia 4, os deputados não aprovaram as emendas reivindicadas pelas entidades do funcionalismo às medidas provisórias editadas pelo governo. As emendas retiravam os ataques embutidos pelo governo a vários direitos do funcionalismo.

Agora, os servidores federais se mobilizam para a inclusão das emendas no Senado, já que a MP deverá ser votada pelos senadores em outubro. No dia 5 os servidores realizaram também uma marcha unificada em Brasília que reuniu em torno de 2 mil pessoas. Na pauta de reivindicações, além das emendas, a garantia do reajuste à categoria no orçamento de 2007.

PREVIDÊNCIA FAZ PARALISAÇÃO

Os servidores federais da Saúde e da Previdência Social de São Paulo, após paralisarem as atividades no dia 5, vão parar novamente no próximo dia 14. Além da aprovação das emendas, eles exigem o cumprimento do plano de carreira e de todos os acordos prometidos pelo governo durante a greve de 2005, ainda não cumpridos. Nos próximos dias 20 e 21 a categoria realiza uma paralisação nacional.

Comissão da CNESF com o documento que pede reabertura das negociações

JUDICIÁRIO FEDERAL TEM VITÓRIA

Após uma intensa mobilização, os servidores da Justiça Federal tiveram uma grande vitória no último dia 6, quando foi aprovado pelo Senado, após passar pela Câmara, a revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários). O PCS é uma antiga reivindicação da categoria e minimiza o arrocho salarial dos servidores no último período.

Durante a semana de votação do PCS, os servidores realizaram uma paralisação nacional, proposta pelo Sintrajud-SP (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário de São Paulo), sindicato filiado à Conlutas que teve participação decisiva na mobilização e vitória da categoria.

VOLKSWAGEN VOLTA A ATACAR TRABALHADORES

EMPRESA MANTÉM AS DEMISSÕES através dos PDV'S. Trabalhadores devem rejeitar proposta

EMMANUEL DE OLIVEIRA, de São Bernardo do Campo (SP)

Foi realizada na tarde de segunda-feira, dia 11, uma assembléia com trabalhadores de dois turnos da Volks. Participaram no total cerca de 10 mil operários.

Sob um calor intenso, os metalúrgicos ouviram sem nenhum entusiasmo o diretor do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Vagner Santana, o "Vagnão", apresentar a proposta que foi negociada entre as direções do sindicato e da empresa.

A proposta apresentada mantém as 3.600 demissões, agora sob a forma de PDV's (Plano de Demissão Voluntária). Caso a empresa não atinja a quantidade de demissões, ela indicará quem será demitido, seguindo os critérios nível salarial e tempo de casa.

A empresa abre um PDV para 1.500 trabalhadores oferecendo 1,4 salário por ano trabalhado na fábrica. Quem tem 20 anos de casa, por exemplo, além do dinheiro rescisório, vai receber 28 salários a mais.

O objetivo da Volks é demitir 1.300 funcionários e outros 500 do CFE (Centro de Formação e Estudos) ainda este ano; 1.200 funcionários em 2007 e 600 em 2008. Completando assim as 3.600 demissões. A Volks criou um PDV especial para os funcionários com problemas de saúde decorrentes do trabalho, o que é ilegal, pois estes trabalhadores têm a estabilidade garantida.

Entre outras propostas, a empresa mantém o conceito de "retrabalho" (desconto do salário por erros de trabalho), a flexibilização da jornada de trabalho e, caso ocorra um problema de fornecimento de peça, a empresa vai colocar os trabalhadores em bancos de horas.

A proposta foi apresentada aos trabalhadores e só será votada na quinta-feira, depois de debates dentro da fábrica.

A proposta apresentada mantém a essência do que queria a direção da fábrica. Os trabalhadores não podem aceitar a demissão. Segundo o grupo que dirige a Volkswagen, de janeiro a junho, a montadora vendeu US$ 4,3 bilhões nos países da América do Sul mais a África do Sul. O valor é 42,2% superior ao mesmo período de 2005. O lucro operacional da Volks na América do Sul e África do Sul cresceu 53,2% no primeiro semestre (Folha Online 9/9).

VOLTAR ÀS LUTAS

A saída para os trabalhadores é manter a mobilização, exigindo que o sindicato lute pela redução da jornada sem redução nos salários e que a empresa reduza seus lucros.

Devemos exigir do governo Lula que fique do lado dos trabalhadores, e que não empreste mais nenhum centavo do dinheiro do BNDES para a multinacional.

É com muita razão que os trabalhadores estão desconfiados da direção do sindicato. Muitos começam a perceber que eles são parceiros da empresa e defendem o governo.

No dia 14, uma nova assembléia será realizada. Os trabalhadores devem rejeitar a proposta. Caso a empresa mantenha as demissões, uma nova greve no ABC poderá paralisar a produção em outras unidades da Volks, como em Taubaté (SP) e São José dos Pinhas (PR).

A empresa só apresentou essa proposta porque os trabalhadores foram à greve, o que deixou o governo Lula numa situação difícil. Nesse momento de eleições os trabalhadores têm um grande trunfo, pois ao terem promovido a greve, nacionalizaram o conflito e obrigaram o governo a suspender o empréstimo de R$ 497,1 milhões do BNDES.

É preciso manter as mobilizações, preparando uma nova greve, realizado atos que paralisem a rodovia Anchieta, pedir a solidariedade ao conjunto da classe trabalhadora e preparar um fundo de greve.

É possível barrar as demissões. Isso já aconteceu em países na Europa, onde foi reduzida a jornada de trabalho, sem redução de salários. Uma outra saída que interessa aos trabalhadores é a estatização da Volks, que poderia passar para o controle dos trabalhadores.

EMANNUEL DE OLIVEIRA

Assembléia na Volks, na segunda, 11 de setembro

INGERÊNCIA E PERSEGUIÇÕES DA REITORIA MARCAM ELEIÇÕES NA UERJ

No dia 11 a Comissão Eleitoral homologou o resultado das eleições para a renovação da diretoria do SINTUPERJ (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), em que a Chapa 2 – Unidade pra Lutar, apoiada pela Conlutas, obteve 496 votos, sendo vitoriosa a Chapa 1, apoiada pela reitoria e pela CUT, que obteve 641 votos.

Infelizmente, as eleições foram marcadas por diversas ingerências e perseguições da reitoria a fim de tentar intimidar os setores combativos do movimento e garantir a vitória da Chapa 1. O diretor do Hospital Pedro Ernesto da UERJ, por exemplo, apoiou ostensivamente a Chapa 1 enquanto instaurou sindicância contra integrantes da Chapa 2, justamente durante as eleições.

Apesar disso, a Chapa 2 saiu vitoriosa na eleição para a Delegacia Sindical da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e obteve cerca de 45% da eleição, resultado que confirma o espaço para a defesa de uma universidade pública, gratuita e democrática e dos direitos do servidores.

Infelizmente, as eleições foram marcadas por diversas ingerências e perseguições da Reitoria a fim de tentar intimidar os setores combativos do movimento

A Chapa 2, coerente com o histórico de luta de seus integrantes, continuará na luta contra as reformas trabalhista, sindical e previdenciária e chama todos os servidores a exigirem da nova diretoria do SINTUPERJ o respeito às decisões da categoria e a continuidade da luta pela melhoria do PCC e PCV. Além da reposição das perdas salariais, pela suplementação imediata de verbas e contra a privatização da UERJ e UENF, pois não há qualquer garantia que uma chapa apoiada pela reitoria e pela CUT governista encaminhe essas lutas se não houver pressão da base.

TAXAS DE JUROS OU SUBORDINAÇÃO AO IMPERIALISMO?

JOÃO RICARDO SOARES, da Direção Nacional do **PSTU**

É um fato da realidade que a taxa de juros no Brasil é uma das maiores do mundo. Uma família de trabalhadores sabe perfeitamente que quando compra a prazo um eletrodoméstico pagará três ou quatro vezes mais o preço de venda, e isso nos indigna.

Assim, ficamos tentados a pensar que baixando os juros o consumo poderia aumentar e, portanto, haveria mais produção e mais emprego.

Partindo dessa premissa, Heloísa Helena elegeu a redução dos juros como a medida fundamental de seu programa. Em várias declarações e entrevistas, a candidata tem afirmado que a redução das taxas permitiria economizar bilhões do orçamento do Estado que vai direto para os banqueiros, o que é mais do que correto.

A partir desse ponto a taxa de juros toma o caráter quase de medida fundamental do programa de governo, que poderia aumentar os investimentos privados, pois os capitalistas não tenderiam a investir porque os juros são altos, e aumentaria também o consumo das famílias. Ou seja, o "modelo econômico" atual estaria resumido às altas taxas de juros.

Com exceção dos banqueiros, ninguém em sã consciência pode defender as taxas de juros praticadas no Brasil. Estamos a favor de defender sua redução. Mas é esta a razão fundamental que impede o capitalismo brasileiro de garantir alimentação, moradia, saúde e os bens necessários para garantir uma vida material e espiritualmente digna para a maioria da população?

O capitalismo brasileiro está atado de pés e mãos aos interesses das grandes empresas e dos bancos multinacionais. Sem acabar com a sangria de recursos retirados do país na forma de pagamento da dívida externa e interna, remessa de lucros e recursos naturais, não há forma de garantir uma vida digna à população. E a classe dominante mostrou-se incapaz de romper essas amarras.

TAXA DE JUROS E INVESTIMENTO

Umas das cantilenas da FIESP, a toda poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, é a de que os juros altos no Brasil dificultam os investimentos.

São vários os fatores que atuam na movimentação das taxas de juros na economia capitalista. No entanto, essa variação se dá em torno de um eixo determinado. Os juros podem variar por fatores secundários, mas dificilmente se distanciam da taxa média de lucro.

Isso é assim porque quando o capitalista toma um empréstimo para investir, o resultado desse investimento se divide em juros e lucro.

Assim, o resultado do trabalho de milhões de operários se divide em lucro dos capitalistas e juros dos banqueiros, pois os bancos adiantam uma parte do capital para que o capitalista o transforme em mercadoria.

Se compararmos o lucro médio das grandes empresas, veremos que ele não se distancia do lucro dos bancos. No primeiro semestre de 2006 os lucros da Vale do Rio Doce e da Petrobras cresceram 19,5% e 37%, respectivamente. Os lucros do Bradesco e do Itaú aumentaram na mesma proporção – 19,5%. Inclusive os setores de "ponta" da economia, vinculados à exportação de matérias-primas, como o siderúrgico, que teve seus lucros acrescidos em 441%.

Dessa forma, a taxa de juros não esteve distante da taxa de lucro dos setores de ponta da economia. Portanto, se o desenvolvimento capitalista de uma economia é o resultado de um grande investimento em máquinas, novas empresas, etc., não é por causa da taxa de juros que os capitalistas não estão investindo mais, pois os seus lucros não foram afetados.

Ainda mais se levarmos em conta o fato de que nenhuma das grandes empresas investe com a taxa de juros que os trabalhadores pagam no cartão de crédito. Haja vista o dinheiro do BNDES que o governo Lula deu de presente a Volkswagen, e o anúncio de empréstimos do mesmo banco para os setores de siderurgia, mineração e papel e celulose, todos voltados para exportação.

É uma grande mentira afirmar que o baixo investimento deve-se às altas taxas de juros. Elas são na verdade também uma expressão das altas taxas de lucro das grandes empresas.

TAXAS DE JUROS E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Não existe uma única taxa de juros no mercado. A taxa de juros que os burgueses têm para investir é uma, e a taxa que o Estado paga para financiar sua dívida é outra.

O governo Lula destinará bilhões para o pagamento de juros da dívida pública. A redução dos juros pode diminuir esta sangria do orçamento aos bancos. Mas resolveria o problema do endividamento do Estado?

Não resolveria, porque a razão última do endividamento está na completa submissão da economia nacional aos interesses das multinacionais.

Uma das mentiras veiculadas por Lula é a de que seu governo equacionou o problema do endividamento externo brasileiro. Na verdade, ele aumentou.

O endividamento externo deve ser considerado como um todo: os investimentos estrangeiros que compraram grandes empresas no país, e agora necessitam de dólares para remeter lucros para suas matrizes; o pagamento da dívida interna aos bancos estrangeiros, que agora necessitam de dólares para exportar os ganhos da extorsão do Estado; além disso, o pagamento dos juros da dívida externa.

Assim, o Estado paga uma taxa alta de juros para atrair capitais estrangeiros, de forma a manter uma reserva alta em moeda forte, para permitir que os lucros gerados no Brasil sejam remetidos ao exterior.

Não é por outra razão que os recordes acumulados na balança comercial no governo Lula foram acompanhados de outro recorde, menos divulgado: o de remessas de lucros das empresas multinacionais.

A necessária redução da taxa de juros não resolve nenhum problema fundamental. As taxas de juros na Argentina são qualitativamente menores que as do Brasil, e nem por isso os trabalhadores deste país puderam desfrutar disso.

É NECESSÁRIO ROMPER AS AMARRAS

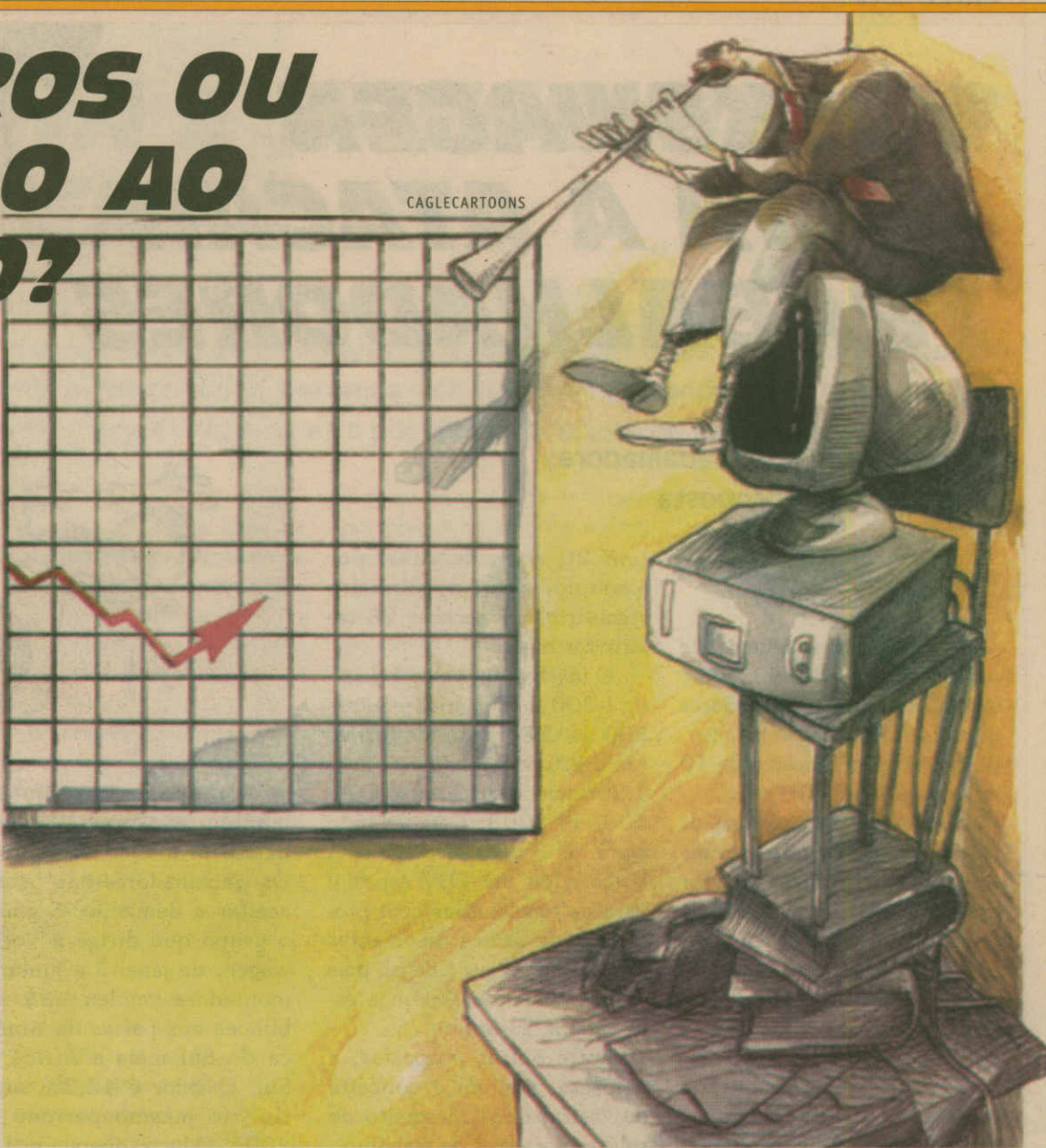
Não podemos limitar nossa alternativa à armadilha de ser oposição a tal ou qual "modelo econômico", sem questionar o fundamental: as cadeias que amarram o Brasil à dominação imperialista.

Assim, taxa de juros alta, latifúndio e produção agrícola voltada para a exportação, envio das riquezas do subsolo e destruição das riquezas naturais, superexploração da força de trabalho e baixos salários, endividamento externo e interno, são elos de uma cadeia que nos submete econômica e politicamente.

Este é o verdadeiro "modelo econômico" aplicado por todos os governos e mantido por Lula. A classe dominante, seja vinculada aos grandes latifúndios, às grandes empresas ou aos bancos, obtém os seus lucros associando-se a essa forma de dominação que submete a maioria da população à miséria.

Não encontraremos oposição entre um setor financeiro e um setor produtivo interessado em um "desenvolvimento nacional" que rompa a sangria de recursos.

Não discutimos intenções, senão o balanço de um século de dominação imperialista sobre a face da Terra. Nenhuma nação foi capaz de garantir pão, terra, moradia, educação e saúde para a maioria do povo enviando o fruto de seu trabalho e de suas riquezas naturais para fora do país.

O 11 DE SETEMBRO, cinco anos depois

CECÍLIA TOLEDO, da revista Marxismo Vivo

Na tarde de 11 de setembro de 2001, não houve quem não ficasse grudado na TV, assistindo ao que parecia ser um dos maiores filmes-catástrofe de todos os tempos: as torres gêmeas de Nova York explodindo diante de nossos olhos.

As imagens dessa tragédia vão ficar na nossa memória para sempre. Hoje podemos olhar para trás e ter uma visão mais precisa das conseqüências desse fato que mudou a face do mundo.

A primeira reação da Casa Branca foi ameaçar incendiar o planeta com uma seqüência de invasões contra o chamado "eixo do mal", que atingiriam primeiro o Afeganistão, depois o Iraque, o Irã, a Síria e assim por diante, até dizimar todos os terroristas da face da Terra.

Hoje, cinco anos depois, vemos o imperialismo afundando num pântano sem saída no Iraque, a política de pressão contra o Irã virando letra morta, Israel sendo derrotado no Líbano, George Bush despencando nas pesquisas de opinião, o ministro da Defesa Donald Rumsfeld com a corda no pescoço e grande parte dos americanos começando a acreditar seriamente que os atentados de 11 de setembro tiveram, de fato, a cumplicidade da Casa Branca, como poucos disseram à época, mas muitos se recusaram a admitir.

As pesquisas indicam que hoje mais de um terço dos americanos acha que o governo Bush teve muita ou alguma participação nos atentados, ou pelo menos que deixou acontecer para beneficiar-se do medo provocado entre a população. Em matéria publicada na *Folha de S. Paulo* (5/9/06), o jornalista Sérgio Dávila comenta a pesquisa, reafirmando que *"36% dos adultos acham que é 'muito provável' ou 'algo provável' que o governo tenha permitido que o 11 de Setembro acontecesse ou mesmo que tenha sido o autor do atentado"*.

VISÕES DIFERENTES SOBRE O MESMO FATO

Por tudo isso, o 11 de Setembro ainda está para ser estudado em toda a sua significação. Pela primeira vez o território americano foi atingido diretamente, expondo a vulnerabilidade da maior potência do mundo e fazendo com que num primeiro momento a opinião pública americana, mesmo os setores mais ligados ao Partido Democrata, apoiasse o governo republicano de Bush. O fortalecimento do seu governo foi evidente, porque conseguiu unir a população do país em torno a sua política e, superando a síndrome do Vietnã, obteve respaldo para invadir outros países e desatar a guerra contra o "eixo do mal".

Em outubro de 2001, logo depois dos atentados, os EUA invadiram o Afeganistão, sob pretexto de acabar com o governo do Talibã e o grupo de Bin Laden, acusado de ter sido o responsável pelas explosões. Daí surgiu uma série de visões diferentes sobre a política do imperialismo. Entre elas, a de que os atentados provocaram a guerra contra o Afeganistão e de que ali ocorria uma luta entre o imperialismo de um lado e o governo direitista do Talibã e os "terroristas da Al Qaeda" de outro.

Cinco anos depois dos acontecimentos, é possível ver que essa análise era superficial e, portanto, equivocada. Como procuraram expressar as análises feitas pela LIT-QI em sua declaração contra a invasão do Afeganistão e em outros artigos da revista *Marxismo Vivo* (nº4, dez/01), era clara a intenção do imperialismo de fazer avançar sua ofensiva recolonizadora e conquistar novas colônias em uma região estratégica do planeta por suas fontes de petróleo e gás, como é o caso do Oriente Médio.

OS ATENTADOS E A GUERRA

Condenáveis em todos os sentidos, tanto porque atingiram trabalhadores e pessoas inocentes, quanto porque serviram para que Bush utilizasse a comoção causada para ganhar a população e unir os EUA na guerra contra o terror, os atentados terroristas, ao contrário das análises mais correntes, não foram a origem da guerra dos EUA contra o Afeganistão e de tudo o que veio depois dela, como a invasão do Iraque, as pressões contra o Irã e a política agressiva do imperialismo americano e europeu em todo o Oriente Médio. Por trás das supostas razões religiosas da chamada "guerra santa" estavam razões bem seculares, sobretudo a necessidade do imperialismo de controlar os recursos naturais e as reservas de petróleo e gás em uma das regiões mais ricas e estratégicas do mundo.

O maior significado do 11 de Setembro não reside em ter sido o estopim de uma guerra contra o terrorismo, mas sim uma demonstração de até que ponto o imperialismo pode chegar na sua ânsia de controlar partes cada vez maiores do mundo. Essa política colonizadora e recolonizadora, que já vinha sendo implementada, enfrentava resistências cada vez maiores das massas dos países oprimidos, obrigadas a viver num processo crescente de miséria e opressão, assistindo impassíveis à espoliação desenfreada de suas riquezas por parte dos grandes grupos econômicos imperialistas.

Essa resistência, que impulsionava movimentos nacionalistas e fundamentalistas de todos os tipos, entre eles o Talibã, acirrou o ódio das massas contra o imperialismo. Como afirmava a LIT, *"esse enfrentamento entre as massas dos países dependentes e o imperialismo, enfrentamento do qual participam setores burgueses de diversos tipos, é o que está por trás não só dessa guerra, como também dos atentados. Isso é o que explica que importantes setores burgueses financiem várias organizações guerrilheiras islâmicas, da mesma forma que explica que estas apelem para as massas (falando da guerra santa ou da defesa do povo palestino) para enfrentar o imperialismo americano"*. (*Marxismo Vivo*, n.4, p.9)

HOJE, O PÂNTANO PARA O IMPERIALISMO

O pântano em que o imperialismo está metido hoje é uma demonstração do acerto dessa análise. No Afeganistão há uma imensa crise militar e social. No Iraque, a resistência das massas levou a política imperialista a um beco sem saída. A recente derrota de Israel no Líbano vem somar-se a essa crise. E Washington está cada vez mais preocupado com a erosão do apoio público à liderança global dos EUA. Até mesmo nos países tradicionalmente aliados dos EUA, como o Reino Unido, esse apoio vem despencando a olhos vistos. As últimas pesquisas mostram que o apoio aos EUA entre os europeus caiu de 64% em 2002 para 37% em 2006.

Além disso, Bush criou mais um problema para os EUA: o que fazer com os prisioneiros suspeitos. Depois de receber duras críticas por causa das violações dos direitos humanos nas bases militares, como Abu Graib e Guantánamo, que Bush insistia em desmentir, agora já está sendo obrigado a admitir a existência dessas prisões secretas e a divulgar um manual para regulamentar o tratamento dado aos prisioneiros.

Em resumo, o que esses cinco anos mostraram foi um aprofundamento da ofensiva recolonizadora do imperialismo americano e europeu, que deixou milhares de mortos, feridos, desabrigados e famintos, sobretudo no Oriente Médio, mas que justamente por isso vem encontrando pela frente uma disposição cada vez maior de resistência por parte dos povos atingidos.

PSTU TEM PRESENÇA MARCANTE NO GRITO DOS EXCLUÍDOS

NA SEMANA do Grito dos Excluídos, a agenda dos candidatos da Frente de Esquerda em todo o país esteve associada à luta por uma real independência. Os candidatos estiveram nos atos e defenderam o não pagamento da dívida e a anulação das privatizações

HELOÍSA RECEBE APOIO DA POPULAÇÃO EM BOA VISTA

Na chegada de Heloísa Helena à capital de Roraima, na madrugada do dia 10 para o dia 11, cerca de 50 pessoas a aguardavam no aeroporto. Os presentes a saudaram cantando "Trabalho, saúde e educação. Heloísa Helena presidente da nação". Às 8h, houve uma carreata até a Universidade Estadual de Roraima, onde a candidata foi recebida com entusiasmo pela comunidade acadêmica. A grande maioria demonstrou total apoio a esta frente contra a política neoliberal de Lula e Alckmin. Heloísa também esteve na principal avenida comercial de Boa Vista, e no maior bairro popular da cidade, Pintolândia, onde ficou claro o grande apoio da população à frente.

(FERNANDO DAMASCENO, de Boa Vista)

CANDIDATOS MARCAM PRESENÇA NO ATO DO PARÁ

O Grito dos Excluídos em Belém teve grande destaque na imprensa local e contou com a presença da Conlutas e da Conlute. Os candidatos do **PSTU** e da frente, como Atenágoras Lopes, candidato ao governo do estado, estiveram no ato. No ato, Atenágoras afirmou que "para investir em saúde, educação, reforma agrária e emprego neste país, é preciso parar de pagar a dívida pública, é preciso romper com o imperialismo".

Os estudantes da Conlute organizaram uma encenação sobre a dívida externa que foi muito aplaudida pelos participantes do ato.

DIÁRIO DO PARÁ

HC FIRMOU CONTRATOS ILEGAIS

DESFILE E PROTESTO NA AVENIDA

RR

PA

PI

MG

SP

RJ

RS

FRENTE SE DESTACA NO ATO DO PIAUÍ

No Piauí, o dia foi marcado pela polarização entre os ativistas da Conlutas e os cutistas, que fizeram uma coluna gritando refrões a favor do governo. A Conlutas, com cerca de 150 pessoas, criticou o governo e o imperialismo e se destacou no protesto. Dentre os participantes estavam os candidatos da Frente de Esquerda, Edna Nascimento (governadora-PSOL) e Geraldo Carvalho (senador-PSTU). Eles utilizaram um dos carros de som para falar contra o pagamento das dívidas interna e externa.

(SINÉSIO SOARES, de Teresina)

CANDIDATOS PARTICIPAM DOS ATOS EM SÃO PAULO

Os candidatos da Frente de Esquerda de São Paulo também participaram do Grito dos Excluídos. Luiz Carlos Prates, o Mancha, candidato ao Senado do **PSTU** pela Frente de Esquerda, participou do ato em Aparecida do Norte, com milhares de pessoas. Já o candidato a governador, Plínio de Arruda Sampaio, e o candidato a deputado federal Dirceu Travesso estiveram no ato da capital paulista, no Museu do Ipiranga, que reuniu 10 mil pessoas, segundo os organizadores. Toninho Ferreira, candidato a deputado estadual do **PSTU**, participou do ato em São José dos Campos.

(do blog *www.pstusp.org.br*)

VANESSA PORTUGAL PARTICIPA DO GRITO EM MINAS

Neste 7 de Setembro, Vanessa Portugal, candidata ao governo de Minas Gerais, participou da manifestação do Grito dos Excluídos junto com a candidata ao Senado, Maria da Consolação, o candidato a deputado estadual Giba e demais candidatos da Frente no estado.

Segundo Vanessa, *"o Brasil, ao contrário do que dizem os ricos que sempre governaram, continua dependente do imperialismo, dos organismos internacionais e das multinacionais. Só seremos realmente independentes quando rompermos com esta dominação e construirmos um governo verdadeiramente dos trabalhadores, com aqueles que ousaram não se vender ao poder econômico e à corrupção".*

Este ano, um dos temas centrais do grito foi a luta pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce. Vanessa foi a única candidata ao governo a participar da manifestação, que reuniu cerca de mil pessoas.

(HERMANO MELO, de Belo Horizonte)

HELOÍSA FAZ CAMINHADA NO RIO

FOTO IGOR NASCIMENTO

No dia 7, Heloísa Helena fez campanha no Rio de Janeiro, com outros candidatos da frente. A primeira atividade foi um mini-comício no Aterro do Flamengo, por volta das 10h. Em discurso, Heloísa afirmou que "o 7 de Setembro é dia de luta pela independência que o Brasil ainda não conquistou, porque o país semeia a dor da pobreza e do desemprego entre seus filhos".

Depois ocorreu a principal atividade, uma caminhada pela praia de Copacabana com 300 pessoas. O **PSTU** teve participação destacada, em uma animada coluna, com bandeiras e um balão com a propaganda de Cyro Garcia, candidato a deputado federal.

VERA GUASSO CRITICA LULA NO 7 DE SETEMBRO GAÚCHO

Na capital gaúcha, o Grito dos Excluídos reuniu cerca de 600 pessoas. Participaram os candidatos do **PSTU** a deputado, Julio Flores e Davi Dietrich, e Vera Guasso, também do **PSTU**, candidata ao Senado, representando a Frente de Esquerda. A caminhada foi do centro até o Parque Farroupilha.

Infelizmente, repetiu-se um sério erro dos organizadores: tentar impedir que os partidos participem de forma orgânica da marcha, com suas bandeiras. Para Vera Guasso, faltou também uma definição a respeito do rumo que o Brasil deve seguir. "Infelizmente, o ato não criticou o governo Lula, se restringindo às bandeiras críticas ao governo do estado e ao modelo econômico. É preciso dizer que quem aplica esse modelo é Lula e apontar saídas", disse.

(LUCIANA CÂNDIDO, de Porto Alegre)